



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Gabriela Pinheiro Dezidério

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Rio de Janeiro

2017

Gabriela Pinheiro Dezidério

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientador(a): Daniel Groisman

Rio de Janeiro

2017

*Dedico este trabalho a José Francisco de Oliveira Neto
e a todas as crianças que têm um cromossomo a mais de amor.*

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e terminar o projeto.

Ao Daniel Groisman por ter me orientado, me dando suporte, fazendo correções e me dando incentivos.

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) por ter me dado a oportunidade de fazer essa pesquisa visando um melhor aprendizado para os discentes.

Aos meus pais e minha família por todo amor, incentivo e apoio.

E a todos que fizeram parte da formação da pesquisa direta e indiretamente, muito obrigada.

“NÃO SE PODE FALAR DE EDUCAÇÃO SEM AMOR”

(PAULO FREIRE)

RESUMO

A Síndrome de Down é uma alteração genética, ela é caracterizada pela existência de um cromossomo a mais, sendo essa uma condição imanente do indivíduo. A educação inclusiva é um dos maiores desafios da educação e tem como objetivo a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino, estando contemplada na legislação, tais como a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Como objetivo geral, pretendo abordar como a educação inclusiva pode interferir positivamente para o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down. Como objetivos específicos, busco refletir sobre os paradigmas da integração e da inclusão no âmbito da educação inclusiva e discutir alguns dos desafios para a educação inclusiva na rede escolar. Quanto à metodologia, realizei análise bibliográfica, contextualizando os dilemas enfrentados pelas crianças com Síndrome de Down no processo da educação inclusiva e realizei duas entrevistas, sendo uma com uma representante de movimento social vinculado à inclusão escolar e outra, com um profissional da área de educação com experiência nesta temática.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Síndrome de Down, Direitos da Pessoa com Deficiência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: Inclusão de crianças com Síndrome de Down na rede escolar de ensino.....	11
1.1 O que é a Síndrome de Down?	11
1.2 Educação especial para crianças com Síndrome de Down	12
1.3 Integração e Inclusão escolar na SD	13
2. CAPÍTULO 2- DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	15
2.1 A ação do movimento social na Educação inclusiva	15
2.2 A formação de professores para o acolhimento aos alunos com deficiência intelectual	16
2.3 Os dilemas encontrados nas escolas públicas para a implantação da inclusão	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD) é uma alteração genética caracterizada pela existência de um cromossomo a mais. Geralmente, existem 46 cromossomos na célula humana, estando estes divididos em 23 pares. Crianças com essa síndrome possuem, entretanto, 47 cromossomos, já que possuem três cópias do cromossomo 21, ao invés de duas.

A princípio deve-se destacar que a SD não é uma doença, e sim uma condição imanente ao indivíduo. Já nas primeiras semanas de vida, a criança com Síndrome de Down apresenta características físicas, como olhos amendoados, hipotonia muscular, cavidade oral pequena, mãos e pés que tendem a ser pequenos e grossos, problemas cardíacos, entre outras características. Não há graus da Síndrome de Down e o desenvolvimento desses indivíduos está relacionado a diversos fatores, dentre eles o acesso a oportunidades de estimulação psicomotora e de escolarização que recebem.

Um dos motivos que me levou a escolher esse tema foi ter convivido desde a minha infância com uma pessoa da minha família que tinha Síndrome de Down, nascido na década de 1950, quando ainda não estavam disponíveis as técnicas para o diagnóstico preciso da Síndrome de Down.

Segundo Adiron (2006), até meados do século XX a expectativa de vida dos indivíduos com SD variava entre 12 e 15 anos. Já em 1989, esta subiu para 50 anos. Para esse autor, “atualmente, é cada vez mais comum pessoas com síndrome de Down chegarem aos 60, 70 anos, ou seja, uma expectativa de vida muito parecida com a da população em geral.” Para a Down Syndrome Society (NDSS), nos Estados Unidos, a taxa de nascimento é de 1 para cada 691 bebês.

Nos Estados Unidos, a NDSS é um das maiores organizações não-governamentais que fomenta a pesquisa em Síndrome de Down nos EUA e apoia o trabalho de grupos de cientistas, investindo em financiamentos, conferências e encontros sobre a pesquisa em Síndrome de Down (Comin ; Costa, 2016). No Brasil, a incidência dessa síndrome é de 1,13 para cada 1000 nascidos vivos (Lorena, 2012). O número de pessoas com Down no país não é conhecido. Entretanto, dada a sua incidência, é razoável supor que este número não é pequeno.

A educação inclusiva é um dos maiores desafios da educação e tem como objetivo incluir alunos com qualquer tipo de deficiência no sistema educacional, para que esses alunos tenham o direito de estudar, assim como os demais alunos da educação básica. Historicamente, a educação não tinha bases que conseguiram promover a inclusão desses indivíduos, mas graças ao processo de mobilização social em prol das pessoas com deficiência, com o passar dos anos a educação veio evoluindo e assim se permitindo acolher melhor diferentes necessidades.

No Brasil, a educação inclusiva está contemplada na Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9,394, de 20 de dezembro de 1996) nesta lei são determinadas as diretrizes e bases da educação nacional, em 2013 aconteceu uma alteração na LDB, no qual criaram uma lei que a partir da LDB dispõe a formação de profissionais de educação entre outras providências (Lei n 12.796, de 4 de abril de 2013).

Existe também a (Lei 13.146, de 06 de julho de 2015), a qual define, no seu artigo 27, que qualquer indivíduo que tenha algum tipo de deficiência seja contemplado com um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado, de modo que alcance o maior desenvolvimento de suas habilidades. Entretanto, existem desafios para a efetivação desse direito, já que por mais que este esteja previsto na lei, ainda há rejeição de muitas escolas em relação às crianças que têm algum tipo de deficiência.

Apesar dos avanços, ainda existem importantes diferenças entre o processo de integração e de inclusão na escola. A integração é um processo considerado ainda excludente, tendo em vista que o aluno deve se adaptar a escola. A escola fornece a acessibilidade, mas não da mesma forma que uma escola inclusiva. Na inclusão há uma tentativa de quebra desse processo excludente, possibilitando que o aluno seja incluído em um ambiente que dispõe de maior acessibilidade, possibilitando o convívio que proporciona trocas de experiências entre alunos que têm ou não algum tipo de necessidade especial.

Além disso, ainda existem grandes dificuldades ao acesso escolar, já que muitas escolas ainda mantêm barreiras para a acessibilidade do aluno com deficiência, falhando em combater a existência do preconceito no âmbito escolar. Há, também, necessidades de apoios aos professores e aos familiares, o que nem sempre é provido pelas

instituições ou pelo Estado.

A escola inclusiva, penso, é aquela que não está preocupada em julgar seus estudantes como, ‘normal’ ou ‘anormal’, mas proporciona uma educação para todos, independente da pessoa ter ou não algum tipo de deficiência. Com isso, se possibilita uma convivência num ambiente que busca combater os preconceitos, ocasionando um estímulo em seu potencial e na sua formação crítica.

Nesta pesquisa buscamos refletir sobre as barreiras que são impostas para um indivíduo com Síndrome de Down, abordando a importância da educação inclusiva para a vida desse indivíduo na sociedade. Como objetivo geral procuramos abordar a importância da educação inclusiva para o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down e, como objetivos específicos, buscamos, apresentar as principais características da SD, discutir alguns dos desafios para a inclusão na rede escolar, mapear a legislação existente sobre inclusão escolar e investigar a importância da mobilização social para a efetivação dos direitos. Quanto à metodologia, a pesquisa foi realizada através de análise bibliográfica, contando também com o mapeamento de legislação, tais como LDB e Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, entre outras, que são voltadas especificamente para portadores de algum tipo de deficiência.

Essa monografia está estruturada em dois capítulos. No primeiro, descrevo a Síndrome de Down, abordando os principais conceitos da política de educação inclusiva. No segundo, apresento o resultado de entrevistas realizadas com pessoas inseridas no campo da educação inclusiva¹. A primeira entrevista foi com um representante de um movimento social em prol da inclusão escolar. No caso, o Projeto Marias, uma organização fundada por uma moradora de Manguinhos e que tem o objetivo de reunir mães de pessoas com necessidades especiais na luta pelos seus direitos. A segunda entrevista, com uma pessoa da área da educação com experiência no assunto.

¹ Essa pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética da EPSJV/Fiocruz, sob o número CAAE 70592717.0.0000.5241.

1. CAPÍTULO 1 – Inclusão de crianças com Síndrome de Down na rede escolar de ensino

Neste capítulo, que é de revisão bibliográfica, pretendo abordar as características da Síndrome de Down. Abordo a sua descoberta, e discorro sobre a educação especial para crianças com essa síndrome. Além disso, discuto a diferença de integração e inclusão da criança com síndrome de down em âmbito escolar.

1.1 O que é a Síndrome de Down?

A Síndrome de Down (SD) é uma alteração genética caracterizada pela existência de um cromossomo a mais. Geralmente, existem 46 cromossomos na célula humana, estando estes divididos em 23 pares. Crianças com essa síndrome possuem, entretanto, 47 cromossomos, já que possuem três cópias do cromossomo 21, ao invés de duas.

Nas primeiras semanas de vida, a criança com Síndrome de Down apresenta características físicas, como olhos amendoados, hipotonia muscular, cavidade oral pequena, mãos e pés que tendem a ser pequenos e grossos, problemas cardíacos, entre outras características. Não há graus da Síndrome de Down e o desenvolvimento desses indivíduos está relacionado a diversos fatores, dentre eles o acesso a oportunidades de estimulação psicomotora e de escolarização que recebem.

A descoberta da Síndrome de Down (SD) foi feita por John Langdon Down. Segundo Moreira, El-Hani e Gusmão (2000, p.96), este cientista fez uma descrição das características do indivíduo com essa síndrome, no século XIX, da seguinte forma:

"A grande família Mongólica apresenta numerosos representantes e pretendo neste artigo chamar atenção para o grande número de idiotas congênicos que são Mongóis típicos. O seu aspecto é tão marcante que é difícil acreditar que são filhos dos mesmos pais... O cabelo não é preto, como em um Mongol típico, mas de cor castanha, liso e escasso. A face é achatada e larga. Os olhos posicionados em linha oblíqua, com cantos internos afastados. A fenda pálpebra é muito curta. Os lábios são grossos, com fissuras transversais. A língua é grande e larga. O nariz, pequeno. A pele, ligeiramente amarelada e com

elasticidade deficiente. É difícil acreditar que se trate de um europeu, mas pela frequência com que estas características são observadas, não há dúvida de que estes aspectos étnicos resultam de degeneração. O tipo de idiotia Mongólica ocorre em mais de 10% dos casos que tenho observado. São sempre idiotas congênitos e nunca resultam de acidentes após a vida uterina. Eles são, na maioria, exemplos de degeneração originada de tuberculose nos pais".

Hoje em dia, se considera que John Down fez uma descrição depreciativa da Síndrome de Down, mostrando suas características fenotípica, chamando os indivíduos de idiotas congênitos e fazendo uma comparação preconceituosa entre indivíduos com Síndrome de Down e o povo de Raça mongólica. Assim, os indivíduos que tinham as características da Síndrome eram chamados de "Mongoloides". Esse termo foi usado porque os indivíduos com SD nascem com olhos amendoados, característica típica da raça mongólica e também foi associado a uma certa dificuldade para comunicação.

O diagnóstico da síndrome foi estabelecido a partir de 1958, quando Jérôme Lejeune utilizou o estudo cromossômico no qual foi detectado a presença de um 21^o componente. O principal fator de risco hoje associado com a incidência da SD é a idade da mãe, sendo que as causalidades que levam a essa incidência ainda não são totalmente conhecidas. Assim, não existe prevenção para a Síndrome de Down. Segundo levantamento feito pelo IBGE, em 2012 existiam cerca de 300 mil pessoas com Síndrome de Down no Brasil.

Com os avanços científicos, a qualidade de vida dos indivíduos com Síndrome de Down melhorou muito quando comparado com a época em que esta síndrome foi descoberta. Com possibilidade de acesso a terapias como fonoaudiologia, fisioterapia e psicologia, além de avanços na inclusão escolar, as perspectivas são favoráveis. Além disso, a expectativa de vida das pessoas com SD também se ampliou significativamente, já que até meados do século XX os indivíduos com SD raramente ultrapassam a terceira década de vida.

1.2 Educação especial para pessoas com Síndrome de Down

O desenvolvimento de uma criança com Síndrome de Down está relacionado

tanto ao apoio das pessoas que estão a sua volta como à sua inserção em âmbito escolar. Segundo Castro (2009), quando se pensa em possibilidades de desenvolvimento da criança com a Síndrome de Down, não se deve limitar a aquisição do conhecimento aos conceitos e conteúdo das disciplinas escolares, mas, sobretudo em ações que vislumbram a autonomia do sujeito.

Entender que as crianças com Síndrome de Down têm capacidade de aprender é fundamental para o processo de educação. De acordo com Bissoto (2009), o desenvolvimento do indivíduo com Síndrome de Down, assim como o de qualquer indivíduo considerado normal, é resultante de influências sociais, culturais e genéticas, incluindo expectativas existentes em relação a sua potencialidade de aprendizagem.

Bissoto (2009) também aponta que por mais que os indivíduos com síndrome apresentam uma dificuldade de aprendizagem de desenvolvimento, isso não deve ser tomado como uma regra para prever seus comportamentos e potencialidades. Deve-se lembrar que a criança com Síndrome de Down possui necessidades educacionais próprias, que estão relacionadas a síndrome e devem ser trabalhadas através de técnicas apropriadas, pois crianças com SD tem um processo de desenvolvimento próprio.

Os educadores devem estar devidamente preparados para receber alunos com a síndrome, de maneira que possam lidar com as dificuldades dos alunos. Para Castro (2009) é de fundamental importância a conscientização dos professores. Além disso, é importante que sejam realizados investimentos em ações metodológicas que possam estimular a criatividade e favorecer a convivência e a melhoria da qualidade de vida.

1.3 Integração e inclusão escolar na SD

Existem importantes diferenças entre o processo de integração e de inclusão na escola. A integração é um processo considerado ainda excludente, tendo em vista que o aluno deve se adaptar a escola. A escola fornece a acessibilidade, mas não da mesma forma que uma escola inclusiva. Na inclusão há uma tentativa de quebra desse processo excludente, possibilitando que o aluno seja incluído em um ambiente que dispõe de

maior acessibilidade, possibilitando o convívio que proporciona trocas de experiências entre alunos que têm ou não algum tipo de necessidade especial.

Segundo Mantoan (2003), o processo de integração escolar é entendido de diversas maneiras, porém refere-se especificamente a introdução de alunos deficientes em escolas comuns, entretanto nem todos os alunos estarão aptos a estarem em escola regular, pois a uma seleção prévia, após isso a escola individualiza o ensino do aluno, ou seja; a escola não muda como um todo, fazendo com que o aluno se adapte a ela.

A educação inclusiva é um dos maiores desafios da educação e tem como objetivo incluir alunos com qualquer tipo de deficiência no sistema educacional, para que esses alunos tenham o direito de estudar, assim como os demais alunos da educação básica. Historicamente, a educação não tinha bases que conseguiram promover a inclusão desses indivíduos, mas graças ao processo de mobilização social em prol das pessoas com deficiência, com o passar dos anos a educação veio evoluindo e assim se permitindo acolher melhor diferentes necessidades.

Para Mazzotta (Apud: COMIN; COSTA, 2016) foi no começo do século XIX que foram publicados os primeiros textos voltados para o ensino de pessoas com deficiência intelectual. Foi nessa época, também, que surgiu o primeiro internato público para crianças com retardo mental, na França.

Segundo Comin e Costa (2016, p. 320), não há no Brasil “um programa em rede nacional que vise oferecer uma capacitação ao professor para atuar com a pessoa com deficiência em sala de aula”. Essa autora considera também que existem grandes dificuldades ao acesso escolar, já que muitas escolas ainda mantêm barreiras para a acessibilidade do aluno com deficiência, falhando em combater a existência do preconceito no âmbito escolar. Há, também, necessidades de apoios aos professores e aos familiares, o que nem sempre é provido pelas instituições ou pelo Estado.

CAPÍTULO 2- Desafios para a efetivação da inclusão escolar

Neste capítulo, pretendo apresentar o material coletado através das entrevistas, fazendo uma reflexão sobre os conteúdos trazidos pelos entrevistados. A primeira entrevista foi com Norma Maria de Souza, do Projeto Marias, projeto esse criado com intuito de ajudar os moradores da comunidade que possuem familiares com necessidades especiais a lutar pelo direito da criança com deficiência. A segunda foi Karine Serpa Franco, professora da rede pública do município de Niterói. Karine é professora de uma sala de recursos, na qual atua para favorecer a inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar.

2.1 A ação do movimento social na Educação inclusiva

Os movimentos sociais, tem como base a ajuda de um determinado grupo que tem necessidades específicas, segundo norma *“uma responsabilidade com o desenvolvimento da comunidade, e levou a criar esse projeto pra poder ta ajudando as pessoas , no que for possível né, no ensino desenvolvimento, seja ele qual for.”*

A criação do projeto Marias ocorreu após o nascimento do filho de Norma, *“o Projeto Marias na verdade, ele nasceu porque eu tive um filho especial, com paralisia cerebral, o Kevin [que] foi vítima de erro médico e quebrou a perna numa cesariana”*. Segundo Norma, o processo para aceitar o filho que durante toda a gestação foi gerado para ser uma criança aparentemente normal foi doloroso, chamado pela mesma de luto, *“até essa luta né, que esse luto, virasse uma luta diária, foi difícil”*.

O fortalecimento de Norma a partir do momento que ela encontra outras mães, foi imprescindível para a criação do projeto, *“depois que eu vi que na comunidade, em torno dela, tinha outras mães também que sofria com essa mesma temática né, cada um com sua patologia, o meu com paralisia cerebral, um com paralisia leve, outro com paralisia moderada, outro com Síndrome de Down, outro com autismo, enfim, então, foi juntando e criamos o Projeto Marias.”*

Norma considera que há uma falta de preparo generalizada, na sociedade, para favorecer a inclusão escolar: *“como que você vai apoiar tanto a criança com*

dificuldade de aprendizado, quanto o familiar, se você também não está preparada para tal inclusão?” Para ela, a inclusão escolar “foi colocada no papel, mas na verdade, para inclusão existir é preciso trabalhar, quanto a escola, como o professor, quanto a família”.

Segundo Pinheiro (2015) existem muitos desafios para a implementação da inclusão escolar, um dos principais motivos para essa dificuldade é a má formação de professores, a falta de materiais didáticos que auxiliam o aluno a aprender determinada matéria.

Muitas vezes, entretanto, o que ocorre é o contrário: *“a escola se fecha num muro, os professores não conseguem avançar na escolarização e acabam jogando a responsabilidade para cima dos pais e para cima da criança”.* Isso acabaria por trazer problemas para todos, tanto para as crianças com necessidades de uma atenção especial como para os professores e demais colegas. Como exemplifica Norma, *“a criança chega na sala de aula, se você não tem uma maneira de prender aquela criança ali, naquele conteúdo ela vai dispersar e quando ela dispersa sozinha ela consegue dispersar toda uma sala e aí acabou né?”*

Segundo Mendes (2015) tão importante quanto a formação inicial é a continuidade de todo o processo em busca de conhecimento, buscando novas formas de atuação para atender as necessidades. Para a formação regular deve-se conceder uma atenção especial para sua formação continuada.

2.2 A formação de professores para o acolhimento aos alunos com deficiência intelectual

Segundo a entrevistada Karine Serpa, a preparação de um professor de sala de recurso é muito importante. A mesma cita em sua fala um programa de formação para esses professores: *“tem um programa de formação que a gente chama de formação de professores do AEE, (...) é um curso de oitenta horas durante o ano, normalmente no contra turno”.*

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma categoria de ensino que

passa por todos os níveis e categorias da educação básica e superior. O mesmo não realiza aulas, mas realiza atendimentos planejados por um professor, o AEE é um complemento ao longo do período de formação escolar do aluno deficiente, o mesmo deve ser realizado em uma sala de recursos ou pode ser oferecido por instituições.

A professora explica que dentro do meio educacional existe uma assessoria com coordenadores de polo no qual são responsáveis pela formação dos professores de uma determinada escola: *“toda essa formação com relação à educação especial é feita com professores mediadores, que lá a gente chama de professor de apoio, que é o professor que fica diretamente ligado à criança ou professor de sala de recurso, como eu”*.

A formação de professores, segundo Karine, ainda apresenta alguns entraves, como por exemplo a não participação do professor regente nesses tipos de formação: *“eu enquanto professora de sala de recursos eu tenho resistência de professores regentes (...), porque eles não participam dessa formação, eles não têm o conhecimento”*. Para a mesma é importante incluir esses professores neste processo de formação, pois eles também lidam diretamente com essas crianças: *“quem faz a formação de educação especial, [são] só os professores que trabalham diretamente com as crianças, mas os professores regentes também trabalham com as crianças.”*

O auxílio à família também é importante. Karine diz que existem fóruns para as famílias e os professores devem estar preparados para lidar com as respectivas famílias: *“tem a questão do acolhimento da família, isso entra na formação também porque o professor tem que ter essa sensibilidade para tratar com essas famílias, que são famílias que ainda estão no luto, daquela criança que ele queria que tivesse nascido, e não nasceu, nasceu outra, então isso também faz parte da formação.”*

Segundo a fundadora do Projeto Marias, o despreparo da rede escolar pode reproduzir preconceitos com a criança, depositando a culpa nos pais ou na criança por eles não atingirem um nível de aprendizado: *“muitas vezes essas escolas não estão preparadas para receber essas crianças e ficam rotulando as crianças, pois “ela é bagunceira, ou porque “essa criança tem maus costumes”, ou porque “a mãe não deu educação”*. E o que a gente vê como especialista é diferente, a criança não é culpa da

mãe por ela não está acompanhando o conteúdo da escola”.

Segundo Mendes (2015) a escola que trabalhava com alunos socialmente considerados normais acreditava que os alunos deveriam se adaptar a escola aprendendo todo o conteúdo e não a instituição de ensino se adaptar a criança e as diferenças apresentada por cada um deles.

Karine Serpa diz que o preconceito não está nas crianças *“vou falar das crianças pequenas que é a minha realidade, entre as crianças não, não tem preconceito”*, mas pode estar no professor. Há situações em que professores regentes se negam a receberem alunos com deficiência em sala de aula na ausência do professor de apoio: *“o professor de apoio não foi, aí o professor regente quer mandar a criança para casa, como se aquele aluno não fosse dele.”*

Serpa também fala sobre o preconceito vindo da parte dos pais de outras crianças, o que infelizmente é existente *“aí tem preconceito, por onde não deveria ter, porque são profissionais de educação, teriam que ter um olhar diferenciado, a gente também tem um pouco de preconceito dos pais, das outras crianças, por exemplo o TEA (Transtorno do Espectro Autista) a gente tem autistas que são leves, autistas moderados, mas temos autistas severos, que são agressivos, e os pais não entendem, os pais querem tirar o filho da turma.”*

Segundo Serpa, superar preconceitos é um grande desafio, já que, esse pode mesmo existir até mesmo entre os pais das próprias crianças com deficiência: *“é um trabalho árduo e às vezes há um preconceito da própria família da criança, em que sentido?, de achar que ela não sabe nada, que ela nunca vai fazer nada, cria um rótulo na criança e (...) a criança [fica presa] naquele rótulo, porque dá trabalho, dá trabalho você ensinar a comer, a criança mal pega na colher, você adaptar uma colher dá trabalho, mas é para desenvolver aquela criança, para que ela tenha o mínimo de qualidade de vida.”*

2.3 Os dilemas encontrados nas escolas públicas para a implantação da inclusão

Karine Serpa, diz que em Niterói existem atualmente 90 escolas públicas e 65

possuem sala de recurso multifuncional, ou seja; apenas 65 delas são inclusivas. Assim, pode-se dizer que a inclusão não atingiu todas as redes de ensino *“se você parte do princípio da estatística que eu te dei, se eu tenho 90 escolas e apenas 65 possuem sala de recurso, é coisa para caramba, mas eu tinha que ter 90, se eu tenho 90 escolas, eu tinha que ter 90 salas de recursos, em cada escola eu teria que ter uma sala de recursos”*.

A professora de sala de recursos aponta que mesmo com alguns entraves a educação está caminhando: *“a gente tem em torno de 1.400 alunos com deficiência, matriculados em Niterói. Niterói é uma cidade pequena, então hoje eu vejo que as escolas estão caminhando para receber essas crianças”*. Mostrando otimismo a professora diz que mesmo devagar a educação caminha pra melhorias, *“com toda dificuldade a gente ainda caminha para a frente, a gente não anda para trás, devagar, bem devagar, mas a gente caminha”*.

Karine aborda o fato do município caminhar lentamente , abordando a crise que atinge o país *“ o município caminha com todas as dificuldades né, essas últimas dificuldades, esses últimos dois anos que o país inteiro está passando por essa situação de crise, começam a cortar coisas de tudo quanto é lugar”*, ela aponta a dificuldade que a escola está passando pela diminuição de transportes eficientes, por conta de cortes feitos pelo município *“a gente teve a questão do transporte da pessoa com deficiência, (...), isso é dinheiro, por conta de contenção”*.

Segundo a professora, a educação inclusiva precisa de algumas melhorias, pois segundo ela 25 escolas de Niterói não têm educação inclusiva e são de educação infantil: *“quando eu falo que das 90 escolas, 65 tem sala de recursos, 25 que não tem são escolas de educação infantil, por um acaso a minha tem, mas as outras escolas não têm, (...) e aí você pergunta: “por que que não tem salas de recursos em todas as escolas infantis, a deficiência começa com seis anos? Não, só que o diagnóstico demora a sair, os pais demoram a aceitar e a [rede de] saúde também não ajuda”*.

A falta de uma rede de profissionais que auxiliasse no diagnóstico de alguma deficiência, é um entrave, pois em alguns estados a equipe de multiprofissionais já atua e consegue trazer um pré-diagnóstico mais rápido para que as crianças sejam

encaminhadas para atendimento especializado: *“a equipe multiprofissional faz uma avaliação daquela criança, eu não estou falando em nível de terapia, mas que possa encaminhar depois para um médico.”*

Após esse diagnóstico, toda escola iria se preparar para acolher o aluno, conforme suas necessidades, para melhorar as condições do aluno e sua qualidade de vida *“e a partir disso conversar com todos os profissionais, pois tem alunos que não podem sentar em certas posições, tem que ter um cuidado com a coluna, tem crianças que ficam no andador o tempo todo, tem crianças que não, então são orientações que você vai dando para os profissionais que estão trabalhando diretamente com aquela criança para que aquela criança evolua na vida dela, na terapia dela, na qualidade de vida dela “*

Considerações finais

A discussão abordada no texto teve como objetivo mostrar a importância da educação inclusiva, para alunos que têm deficiência, em especial a educação inclusiva para crianças com Síndrome de Down, pois a partir da educação inclusiva temos uma participação de todos em âmbito escolar, inclusive dos próprios colegas de classe, ajudando aquela criança com dificuldade, tendo assim um aprendizado mútuo.

Segundo Lima e cols (2013), a escola tem como objetivo contribuir para a modificação da sociedade no sentido de torná-la igualitária e democrática. Nesse sentido, a escola deve viabilizar a construção de práticas inclusivas que superem obstáculos e preconceitos. Como afirma Paulo Freire, faz parte do “pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação” (apud: Lima e cols, 2013, p. 7).

Com todas as informações coletadas é possível dizer que a implantação da educação inclusiva em escolas regulares pode ser algo demorado, porém com muito esforço, e muita vontade é possível fazer com que ela seja retirada do papel e colocá-la em prática, melhorando o desempenho de alunos que têm deficiência, fazendo com que ele melhore seu aprendizado para uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADIRON, Fábio. **O que é a Síndrome de Down**. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/down> . Acesso em 23/03/2017
- BISSOTO, Maria Luíza. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. *Ciências & Cognição*, v. 4, p. 80-88, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org>>.
- CASTRO, ASA., and PIMENTEL, SC. Síndrome de down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. In: DÍAZ, F., et al., orgs. *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 303-312.
- COMIN, Bruna Cristina; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Considerações sobre a Síndrome de Down em diferentes contextos: identificando associações, programas e pesquisas desenvolvidas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 309-322, ago. 2016.
- CONCEIÇÃO, Benedito Borel da; SÁNCHEZ2, Damián S. Educação inclusiva: uma história, uma caminhada e novas conquistas para o portador de necessidades especiais. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 12, n. 1, p. 721-729, 2014.
- LASTA, Leticia Lorenzoni; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. spe, p. 140-149, 2014 .
- LIMA, Maria Jéssica Danielly ; COSTA, Mifra Angélica Chaves ; LIMA, Verônica Yasmim Santiago ; LEANDRO, Ana Lúcia Aguiar Lopes. Diversidade, inclusão e Paulo Freire: discussões e reflexões iniciais na educação. Paper apresentado no VIII Colóquio Internacional Paulo Freire, 2013. Disponível em: <http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/viii-coloquio/paper/view/311>
- LORENA, Silvia Helena Tavares. Síndrome de Down: epidemiologia e alterações oftalmológicas. **Rev. bras.oftalmol.**, Rio de Janeiro , v. 71, n. 3, p. 188-190, June 2012 .

Kozma, Charira. O que é Síndrome de Down? In: Stray-Gundersen, Karen. **Crianças com Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007. Disponível em: http://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_01_64_.pd

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <http://www.gruposummus.com.br/indice/10999.pdf>

MENDES, F. a Formação de professores e a educação inclusiva. **Revista Alpha**, n. 16, p. 322-338, 2015.

MOREIRA, Lília MA; EL-HANI, Charbel N and GUSMÃO, Fábio AF. A síndrome de Down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético. **Rev. Bras. Psiquiatr.** [online]. 2000, vol.22, n.2, pp.96-99.

PINHEIRO, F.C. A inclusão de crianças com deficiência intelectual em creches e pré-escolas: dificuldades e possibilidades. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Maranhão, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO (PMPF). Atendimento Educacional Especializado - AEE. Disponível em: http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/AEE_Apresentacao_Completa_01_03_2008.pdf

. Acesso em: nov 2017

FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN. Atendimento Educacional Especializado/AEE e Apoio Pedagógico: como identificá-los na escola?. 2013. Disponível em: <http://www.fsdow.org.br/artigo/atendimento-educacional-especializadoaee-e-apoio-pedagogico-como-identifica-los-na-escola/> . Acesso em: nov 2017

VITTO JUNIOR, Jairto.; LIMA, Ana Lúcia dos Santos de. A inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular. **Revista Iniciação Científica**, v. 9, n. 1, p.76-87, 2011